

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E ENTREGA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT.

Pregão Eletrônico nº 03/2018

Processo nº 1689/2018

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia e hora abaixo determinado, será realizada licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que será regido pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Estadual Nº 15.356, de 04 de junho de 2013; Decreto Estadual Nº 28.089 de 10 de janeiro de 2006 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Edital e seus anexos, contendo todos os documentos, dados e informações necessárias à elaboração da proposta poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico, no qual ocorrerá a sessão pública, realizada por meio da Internet.

1.1.1. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço eletrônico **comissao_licitacao@idt.org.br**

1.2. As regras e condições do presente Pregão Eletrônico estão devidamente explicitadas neste Edital e seus anexos.

1.3. O Pregão a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado, por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à indenização de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. Endereço para entrega de Documentação

- ✓ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, Av. da Universidade, nº 2596, Benfica, Fortaleza – Ceará, CEP. 60.020-180.
- ✓ Horário Comercial.
- ✓ Conter no anverso do envelope o nome do pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão.

1.5. Definições. Para fins desta licitação, consideram-se:

- ✓ IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
- ✓ CPL – Comissão Permanente de Licitação
- ✓ Proponente ou Licitante: a empresa que apresentar proposta nesta licitação, previamente credenciada perante o provedor do sistema eletrônico.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para aquisição de Material Didático e entrega, para atender às necessidades do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I.

3. DA ABERTURA

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida

pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

3.2. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 21 de junho de 2018

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04 de julho de 2018 às 14:00h

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04 de julho de 2018 às 14:15h

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o **horário de Brasília/DF**.

3.6. O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico: **www.licitacoes-e.com.br**.

3.7. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, com divulgação no site do IDT.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pelas fontes de recursos das dotações orçamentárias do IDT, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar devidamente credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A, na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

5.2. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas conforme os termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, o critério de desempate, preferência de contratação, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

5.2.1. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

5.4. É vedada a participação de pessoa física, e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

5.4.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

5.4.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

5.4.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.4.4. **Suspensas temporariamente ou Impedidas de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública.**

5.4.5. Declaradas inidôneas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

5.4.6. Empresas cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam empregados do IDT.

5.4.7. Empresa com sócio cotista que tenha parentesco até o 3º grau (consangüinidade e/ou afinidade) com algum membro da comissão de licitação e demais colaboradores direta ou indiretamente envolvidos no processo licitatório.

5.4.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.1. Para o credenciamento, será necessário o comparecimento do representante legal da sociedade licitante a estabelecimento indicado pelo provedor do sistema, portando cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios, do Termo de Adesão ao Regulamento (de utilização do sistema), do Termo de Nomeação de Representante, que habilitará a pessoa física indicada a realizar negócios em nome da pessoa jurídica credenciada.

6.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. As propostas comerciais serão recebidas exclusivamente por meio da Internet, no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**, “Acesso Identificado”, por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante, observando datas, prazos, horários e demais condições estabelecidas pelo instrumento convocatório.

7.2. O encaminhamento da proposta por meio eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, **vedada a identificação do proponente**.

7.3. Para simples acompanhamento da licitação, o interessado poderá acessar na internet o endereço **www.licitacoes-e.com.br**, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico.

7.4. Os proponentes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento, que se inicia com a divulgação da íntegra do Edital no site do Sistema do Banco do Brasil, até o dia e hora previstos no item 3.3. deste edital.

7.5. O campo “Informações Adicionais” poderá ser utilizado a critério do licitante.

7.6. Ao final da disputa, o licitante que tiver ofertado o menor preço deverá enviar ao IDT, juntamente com os documentos de habilitação, a **proposta comercial escrita** em papel timbrado da proponente, contendo obrigatoriamente, as seguintes informações:

7.6.1. Descrição clara do(s) objeto(s) a ser (em) fornecido(s), obedecendo ao modelo padronizado no **ANEXO II** ou **ANEXO III**, conforme o Lote.

7.6.2. Valor unitário de cada item e valor total.

7.6.3. Valor total da proposta por extenso.

7.6.4. Validade da proposta no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

7.6.5. O licitante **não poderá** cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.

7.6.6. Na cotação de preço unitário, será admitido o fracionamento do centavo somente no caso da determinação da expressão monetária de valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

7.6.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

7.6.8. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

7.7. A proposta deverá considerar:

7.7.1. **Que as quantidades mencionadas nos Anexos são estimadas;**

7.7.2. Que o fornecimento obedecerá à conveniência e a necessidade do IDT, sem valor mínimo para faturamento e entrega;

7.7.3. Que a vigência dos contratos que advirão da Ata de Registro de Preços poderá ser de até **24 (vinte e quatro) meses**, com possibilidade de prorrogação ou antecipação, conforme for o caso e desde que pesquisa de mercado demonstre que os preços se mantêm vantajosos, conforme Termo de Referência, **ANEXO I**.

7.7.4. Que a proposta apresentada e os lances formulados devem incluir todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto licitado, considerando todos os custos incidentes, tais como: IPI, ICMS, Taxas, Fretes, Seguros, Tributos, Contribuições e qualquer outra incidência fiscal e/ou tributária.

7.7.5. Que na proposta comercial deverá constar expressamente a razão social, o número do CNPJ, da CEI, Registro de ISS, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, número de telefone/fax, endereço e endereço eletrônico, conforme **ANEXO II** ou **ANEXO III**, conforme o lote.

7.8. Os preços dos produtos serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional e apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionados com o serviço objeto da presente licitação.

7.9. O preço global da proposta comercial escrita deverá ser o mesmo ofertado por lance durante a disputa eletrônica, salvo se houver tratativas realizadas com o pregoeiro, para obtenção de preço menor.

7.10. Os preços cotados e os valores faturados, em moeda corrente nacional, serão fixos, podendo ser reajustados desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV.

7.11. Pela elaboração da proposta, o proponente não terá direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

7.12. A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais e/ou materiais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

7.13. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo.

7.14. Conforme disposto no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos lotes cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7.15. Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do objeto, assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

7.16. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem nos itens 7.14 e 7.15, a proposta de preços para os LOTES N° 01, 02, 03, 05, 06, 07 e 08 deverão ser apresentadas separadamente dos demais lotes, se for o caso. (ver ANEXO III).

7.16.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, o Lote será relançado.

8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

8.1. A partir do horário previsto no item 3 (três) deste Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, sendo conduzido pelo pregoeiro que cuidará do seu processamento e julgamento, podendo os licitantes a partir de então, encaminhar lances, utilizando-se exclusivamente do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

8.1.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, será fundamentada e registrada no sistema.

8.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA ETAPA DE LANCES

9.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.4, quando, então, os licitantes devidamente conectados ao sistema, poderão encaminhar lances.

9.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, horário de registro e valor.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.1.3. Só serão aceitos os lances dos licitantes cujos valores forem inferiores ao último registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

9.3. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no chat de mensagens www.licitacoes-e.com.br, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

9.4. A etapa normal de lances da sessão pública será encerrada por iniciativa do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. A partir de então transcorrerá período randômico de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.5. O pregoeiro que detectar, na fase de lances, propostas que apresente preço global ou por lote ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda

que não se tenha estabelecido limite mínimo, poderá descartar os lances quais sejam e, a seu critério, poderá abrir procedimento administrativo para apuração de ato ilícito.

9.6. **O pregoeiro ao observar, na fase de lances, que algum licitante realize atos intencionais e temerários, que possam resultar em fracasso ou à frustração do presente certame licitatório, ao dar lances de propostas que apresentem preço global ou por lote que frustrem a competitividade, ou seja, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, bem como, algum licitante, ou um grupo de licitantes, realize(m) atos, com fins de manipular resultado, a exemplo de combinação de preços e outros similares, poderá aplicar ao(s) licitante(s) responsável(eis) sanções e penalidades previstas no Capítulo IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, da Lei Federal nº 8.666/93.**

9.7. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, e bem assim, decidir sobre sua aceitação.

9.8. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.9. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro determinará ao proponente, que tenha apresentado o lance de menor preço que, no prazo de **3 (três) dias úteis**, deverá entregar, na Comissão Permanente de Licitações, no endereço citado no item 1.4. deste edital, a proposta comercial, endereçada ao pregoeiro, juntamente com a documentação de habilitação constantes do item 12 e seguintes, deste Edital.

9.10. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em 2 (duas) vias, sendo uma original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do **ANEXO II** ou **ANEXO III** conforme o lote, deste Edital, com todas as folhas rubricadas e numeradas, devendo a última folha vir assinada obrigatoriamente pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, marca, modelo, referência, procedência e demais informações relativas ao material ofertado.

9.10.1. O não cumprimento da entrega da documentação, dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará na desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10. DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

10.1. A Comissão de Licitação encaminhará a proposta da empresa declarada vencedora aos técnicos do IDT para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital.

10.1.1. A Comissão de Licitação, caso julgue necessário, tem a prerrogativa de fazer visita às instalações próprias ou contratadas da empresa que apresentar menor preço, sendo acompanhada pelos técnicos do IDT, para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital e seus anexos.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de “**menor preço por lote**”, observadas todas as condições definidas neste edital.

11.2. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocado na

ordem de classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, para no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

11.3. A Comissão Permanente de Licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, apresentou o menor preço.

11.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.5. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, ou na hipótese de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório, caberá à CPL autorizar o pregoeiro a examinar a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor, decidir sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificar as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.6. Declarado o licitante vencedor pela Comissão Permanente de Licitação, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, a todos os licitantes.

11.7. Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote deverão ser cotados na proposta.

11.8. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

11.8.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

11.8.2. Com preços superiores aos praticados no mercado, ou comprovadamente inexequíveis.

11.8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a FASE DE LANCES, a empresa classificada em primeiro lugar de cada item ou lote **enviará os documentos de habilitação e a proposta para o endereço eletrônico: comissao_licitacao@idt.org.br no prazo de até 04 (quatro) horas úteis.**

12.1.2. Os originais ou cópias autenticadas, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, no endereço constante no subitem 1.4. do Edital em atenção à Comissão Permanente de Licitação do IDT, sob pena de desclassificação.

12.1.3. Apenas para efeitos do item 12.1 o prazo se suspenderá no final do expediente às 17h e será retomado a partir das 8h do dia útil seguinte.

12.1.4. **Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópias autenticadas.** As publicações feitas em órgão de imprensa oficial (com a devida identificação e data), inclusive aqueles emitidos pela Internet poderão ser entregues em cópias simples.

12.1.5. As Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, emitida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado devem estar escritas em **papel timbrado** e ter **firmas reconhecidas** de quem as emitiu.

12.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, as atas de eleição de seus diretores, regularmente registrado.

12.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição da diretoria em exercício.

12.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.5. Documento Oficial de Identificação e CPF do Representante Legal da Empresa.

12.2.6. Em caso da Administração da Pessoa Jurídica seja feita por procuração, a mesma deverá ser reconhecida firma e deverá ser acompanhada da documentação elencada no item 12.2.5, tanto do outorgante como do outorgado.

12.2.7. ALVARÁ de funcionamento da empresa expedido por órgão público municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro do seu prazo de validade.

12.3. DA REGULARIDADE FISCAL

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN”, dentro do prazo de validade;

12.3.4. Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

12.3.5. Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

12.3.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei n.º 8.036, de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor Judicial, Justiça Ordinária, da sede do licitante com prazo de validade expresso na própria certidão.

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

12.6.1. Proposta comercial, conforme o constante no **ANEXO II** ou **ANEXO III**, conforme o Lote.

12.6.2. O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme **ANEXO IV - Declaração Especial**, que também contempla a declaração de inexistência de impedimento de participação em licitação.

12.6.3. Apresentar certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido **enquadramento na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa**.

12.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

12.7.1. Os documentos deverão estar válidos na data de entrega.

12.7.2. As certidões fiscais positivas, com efeito de negativa, serão aceitas.

12.7.3. Certidões de Dívidas/Falência e Certificados de Regularidade que não tenham prazo de validade constantes em seus textos serão consideradas válidas no presente certame licitatório por 30 (trinta) dias contados de sua expedição.

12.7.4. Não serão aceitos Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, de empresas participantes do presente certame licitatório que sejam emitidos por outra empresa, também, participante do mesmo Certame Licitatório, ou seja, **reciprocidade de Declaração(ões) e/ou Atestado(s)**.

12.7.5. Havendo restrição quanto à **regularidade fiscal** da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, **cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame**, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

12.7.5.1. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.7.6. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos ou,
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.7.7. A verificação será certificada pelo pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.7.8. O IDT não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.7.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.7.10. A Comissão de Licitação se reserva o direito de devolver à proponente, quaisquer documentos não solicitados, independente de encadernação ou numeração de páginas.

13. DA AMOSTRA

13.1. Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a critério do demandante, que apresente amostra(s) dos produtos a serem fornecidos para a verificação da

compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e conseqüente aceitação do produto a ser fornecido.

13.2. O prazo para apresentação das amostras será de 2(dois) dias úteis a partir da solicitação, endereçado a Comissão Permanente de Licitação, sito à Av. da Universidade, 2596, Benfica, Fortaleza/CE.

13.3. As amostras apresentadas poderão ser abertas, manuseadas e desmontadas pelo IDT. Elas serão devolvidas ao licitante no estado em que se encontrarem após avaliação técnica. A não retirada da amostra, será presumida como renúncia da licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pelo IDT, sem gerar ao licitante direito a indenização.

13.3.1. O prazo de retirada da amostra pelo licitante é de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação do pregão no sistema do Banco do Brasil, no endereço referido no item 1.4 do Edital.

13.4. Se a amostra apresentada for inferior em qualidade ao produto solicitado, a proposta da empresa será desclassificada.

14. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço comissao_licitacao@idt.org.br, informando o número do pregão e o órgão interessado.

14.2. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, mediante **petição por escrito**, protocolada no IDT, no endereço e horário constantes do subitem 1.4.

14.2.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

14.2.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.2.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Depois de declarado o vencedor, **no prazo de até 4h úteis** e em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá manifestar de forma motivada a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de **três dias** para apresentar o recurso com suas razões, ficando os demais licitantes, desde logo, convidados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.1.1. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

15.1.2. As razões e contra-razões de recurso deverão ser enviadas para: Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no subitem 1.4., nos prazos acima definidos.

15.1.3. O licitante com sede fora do município de Fortaleza/Ceará deverá encaminhar as razões ou contra-razões, dentro do prazo fixado no item 15.1, via SEDEX ou outro meio de eficiência e rapidez similares, sob pena de desclassificação.

- 15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.
- 15.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da CPL. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o Pregoeiro o recurso à autoridade superior, que ratificará ou não, de forma fundamentada.
- 15.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no subitem 3.6. deste edital.
- 15.6. Os casos omissos ao presente Pregão Eletrônico serão solucionados pela CPL e as questões relativas ao sistema, diretamente com o Banco do Brasil.
- 15.7. É facultado ao IDT, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade superior.
- 16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.
- 16.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. Após a homologação do resultado da Licitação serão registrados os preços unitários ofertados pela empresa declarada vencedora, no prazo e condições propostos, viabilizando a aquisição futura na medida das necessidades.
- 17.2. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, conforme permissivo legal do artigo 11, inciso II do Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 17.3. Com o objetivo de viabilizar o item acima, adjudicado o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro provocará os demais licitantes, através do sistema, a fim de que se manifestem a cerca do interesse de serem incluídos na respectiva Ata de Registro de Preços.**
- 17.4. O licitante que deseje cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor terá o prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contados da adjudicação na plataforma do Banco do Brasil, para manifestar-se neste sentido, via e-mail institucional, indicando o número do Pregão Eletrônico e o(s) lote(s), bem como sua respectiva identificação, com CNPJ, Razão Social.**
- 17.5. A ausência de manifestação dentro do referido prazo será considerada como negativa do licitante em fazer parte do cadastro de reserva da respectiva Ata de Registro de Preços.
- 17.6. Após a homologação do resultado da licitação, a ata da sessão do pregão eletrônico será anexada à Ata de Registro de Preços, indicando os licitantes que tiverem aceitado cotar o produto com preços iguais aos do licitante vencedor, na seqüência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 11, inc. II do Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

17.7. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o caput, os licitantes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva.

17.8. O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para ser utilizado nas hipóteses em que o vencedor, quando convocado, não assinar a ata de registro de preços (art. 13, parágrafo único do Decreto Federal nº. 7.892/13) ou tiver seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº. 7.892/2013 (art. 11, § 3º. do Decreto Federal nº. 7.892/13), oportunidade em que poderá ser revogada a adjudicação e a homologação já efetivadas, isso sem prejuízo da aplicação das cominações previstas em Lei e/ou no edital.

17.9. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.

17.10. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

17.11. As quantidades são estimadas, não havendo obrigatoriedade por parte do IDT, em demandar a sua aquisição total, sendo que somente serão pagos os produtos efetivamente fornecidos.

17.12. O IDT poderá instaurar licitações específicas para a aquisição de produtos similares ao objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

17.12.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando, depois de realizada a licitação específica, for constatado que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação.

17.13. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao IDT promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado aos participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com o IDT, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado, sendo chamados os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

17.13.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornasse superior ao preço praticado no mercado o IDT deverá:

- a) convocar os fornecedores visando à negociação para redução dos preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores serão liberados do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.13.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e os fornecedores, mediante requerimento devidamente comprovado, não puderem cumprir o compromisso, o IDT poderá:

a) liberar os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.13.3. Não havendo êxito nas negociações, o IDT deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.14. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

a) deixar de cumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;

c) quando, justificadamente, não for mais do interesse do IDT.

17.15. Após a adjudicação e homologação do resultado, a proponente vencedora será notificada para comparecer em local designado para a formalização da Ata de Registro de Preços, na qual deverá constar, dentre outras condições, o compromisso de entregar os produtos na medida das necessidades que lhe forem apresentadas.

17.16. Dentro de prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços.

17.17. Caso a proponente vencedora não atenda a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada a segunda colocada na ordem de classificação, ou proceder à nova licitação.

17.18. O IDT poderá desclassificar a proponente vencedora, caso tenha conhecimento de qualquer fato anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que venha desaboná-la técnica, financeira ou administrativamente, não lhe cabendo direito a qualquer reclamação, indenização ou ressarcimento.

17.19. No caso de se constatar a inveracidade de qualquer das informações e/ou documentos fornecidos por qualquer proponente, poderá ele sofrer, a critério do IDT, isolada ou cumulativamente:

17.19.1. Não adjudicação do pedido, sem prejuízo das penalidades previstas, se o Proponente tiver obtido a primeira classificação e a adjudicação ainda não lhe tiver sido efetuada.

17.19.2. Cancelamento do Registro de Preços.

17.19.3. Declaração de inidoneidade com a suspensão do direito de contratação junto ao IDT.

17.20. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina os artigos 16 e 18 do Decreto Estadual nº 28.087/2006.

17.21. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

17.22. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, ao somatório dos quantitativos registrados na Ata.

17.23. O fornecedor detentor de preço registrado poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento a Órgãos Interessados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos ou em função de necessidades não previstas ou por motivo de força maior.

18.2. O IDT convocará a empresa declarada vencedora para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

18.3. O contrato terá vigência de até **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.3.1. Por ocasião da eventual prorrogação do(s) contrato(s), será apurado o preço médio dos itens licitados. Se este estiver acima do valor ajustado originariamente, a Contratada fará jus a reajuste com base no IPCA acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a substituí-lo, ficando a Contratada obrigada a apresentar memorial descritivo dos insumos que provocaram o aumento dos preços. Caso contrário, a Contratada será convidada a ofertar desconto sobre o valor, ocasião em que será avaliada a vantajosidade dessa proposta, na conformidade do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.4. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

18.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.5.1. É responsabilidade da CONTRATADA a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos e em sua Proposta Comercial, além das constantes dos artigos 55 inciso XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei n.º 8.666/93, assumindo-as integralmente.

18.5.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além da constante do art. 66 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no **ANEXO I** - Termo de Referência, **ANEXO VI** - Minuta da Ata de Registro de Preços e/ou **ANEXO VII** - Minuta do Contrato deste Edital.

18.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

18.6.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas relacionadas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

18.6.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além da constante do art. 58 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no **ANEXO I** - Termo de Referência, **ANEXO VI** - Minuta da Ata de Registro de Preços e/ou **ANEXO VII** - Minuta do Contrato deste Edital.

19. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

19.2. Da entrega:

19.2.1. Os materiais deverão ser entregues Av. Julio Jorge Vieira, 594 – Cidade dos Funcionários – Fortaleza/Ceará ou na Av. da Universidade, 2596 de acordo com a **AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS**.

19.2.2. Os Produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados do recebimento da Autorização de Compras, devendo estar acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

19.2.3. Quando for o caso, os volumes contendo os **Produtos** deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

19.2.4. **Não serão aceitos, sob hipótese alguma, materiais com marcas diferentes das marcas apresentadas pelo fornecedor na proposta.** No caso de o fornecedor no ato da entrega, por ventura oferecer uma marca diferente, estes produtos serão imediatamente devolvidos e o mesmo terá até 72 horas para providenciar a entrega correta do produto.

19.2.5. Qualquer prorrogação de prazo que terá que ser solicitada formalmente, via ofício e estará sujeita a aprovação da Coordenação demandante.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) até 10(dez) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das **Provas de Regularidades com as Fazendas Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

20.1.1. Os pagamentos serão realizados, mediante depósito em conta bancária.

20.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

20.1.3. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.1.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I do Termo de Referência desse Edital.

20.2. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

21.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

21.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

21.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

21.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

21.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

21.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 21.1.2.

21.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

21.3. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

21.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1. O Contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

22.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas

possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadas a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico será lavrada ata circunstanciada.

23.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

23.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.idt.org.br e www.licitacoes-e.com.br.

23.5. Se for comprovado o não atendimento aos requisitos desta licitação a proponente será desclassificada e/ou inabilitada, conforme o caso.

23.6. Na hipótese de inabilitação e/ou desclassificação de todos os licitantes, o IDT decretará como fracassado o lote ou todos os lotes e poderá relançar os mesmos em novo Edital.

23.7. As condições estabelecidas neste Edital, no que se aplicar, farão parte do contrato correspondente.

23.8. O IDT poderá por interesse próprio, devidamente justificado, cancelar a presente licitação, no seu todo ou em parte, inclusive por vício ou ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização.

24. DO FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

25. DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL (Livre Concorrência)

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL (Lote exclusivo para ME, EPP e COOPE)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO ESPECIAL

ANEXO V – DADOS DA EMPRESA E DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza, 12 de junho de 2018.

Valdenia Maria Andrade Araújo
Presidente

Susana Silveira Souza
Pregoeira

Rosana Barbosa Rodrigues
Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para aquisição de **MATERIAL DIDÁTICO** e entrega, para atender às necessidades do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, conforme especificações constantes neste Termo.

2. JUSTIFICATIVA

A realização do presente processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, para fins de registro de preço tem como objetivo a futura e eventual contratação de empresa para aquisição de material didático, visando atender a necessidade de fornecimento de material para suprir a necessidade administrativa e atividades educacionais desenvolvidas por esta instituição

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

03.01. As quantidades são estimadas, não havendo obrigatoriedade por parte do IDT, em demandar contratualmente a aquisição total, sendo que somente serão pagos os produtos efetivamente fornecidos, conforme descrição abaixo:

LOTE 01 – Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	COLCHONETES: de espuma, revestidos em napa sintética, com dimensões aproximadas de: 95 cm (comprimento) x 44 cm (largura) x 3 cm (espessura)- Tipo Academia.	UNID	100

LOTE 02 – Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	FRALDAS DESCARTÁVEIS, ultra absorvente, Tamanho G – para crianças de 10Kg a 13 Kg, higiênicas, atóxicas, florgel formato anatômico, barreiras anti vazamentos absorção concentrada e antinucol, com registro no Ministério da Saúde, pacote com no mínimo 28 fraldas.	PCT	100

LOTE 03 – Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	FANTOCHES - kits histórias infantis personagens variados com 10 peças.	CONJ	20
2	TAPETE em EVA Alfabeto 26 Peças Colorido - Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - A x L x P 30 x 30 x 1 cm - Peso aproximado da embalagem do produto (kg) 1 Kg. Selo de aprovação do INMETRO;	UNID	20
3	TAPETE NÚMEROS com 10 peças em EVA. Ideal para crianças de 2 a 12 anos, atóxico e fácil de montar com encaixe perfeito. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - A x L x P - 33 x 33 x 7cm - Peso aproximado da embalagem do produto (kg) 600g	UNID	20
4	JOGO DE BOLICHE colorido, bolsa de plástico com zíper. Medida produto: 30 x 30 x 19 cm. Selo de aprovação do INMETRO;	UNID	22
5	ALFABETO ILUSTRADO composto ao todo por 69 peças de quebra-cabeças divididas em três partes, contendo, cada uma, um desenho, sua letra inicial e a palavra inteira com 69 peças formam 23 palavras. Faixa etária recomendada: A partir de 06 Anos; Dimensões da Embalagem: 183 x 140 x 53 mm; Peso Aproximado do produto: 400g; Composição / Material: MDF; Quantidade de Peças: 69 peças - Medindo 110 x 50 x 3 mm (Cada Peça).	UNID	20
6	BLOCOS DE MONTAR - ideal para as crianças com idades entre 3 e 5 anos - Características: Produtos 100% em polipropileno, com formas arredondadas, material atóxico, cores e texturas marcantes, sacolinha com 500 peças. Selo de aprovação do INMETRO;	UNID	22
7	JOGOS DOMINÓ DE MADEIRA Bichinhos - Faixa etária recomendada: A partir de 06 Anos - Dimensões do Produto: 31 x 31 x 4 cm. Peso Aproximado do produto: 700g, composição / Material: Madeira - Selo de aprovação do INMETRO;	UNID	30

LOTE 04

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	APAGADOR para quadro branco , na cor preta, base de plástico com carpete ou feltro e encaixe para dois pinceis para quadro branco, tamanho 145 mm (Comprimento) X 60mm (Largura) X 30mm (Altura). Deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante e atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UND	60
2	APONTADOR PARA LÁPIS nº 2 , de plástico simples com um furo, quadrado, sem reservatório, em cores variadas, tamanho 25 mm x 15 mm x 10 mm. Deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UND	3.060
3	BORRACHA BRANCA comum sem capa protetora, macia especial para apagar escrita de lápis, composta de borracha natural, atóxica, látex e com medida aproximada entre 2,5 X 4,0 cm. Caixa com 20 unidades. Prazo de validade igual ou superior a 01 (um) ano e atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	CX	200
4	CADERNO CAPA DURA 10 matérias espiral em arame 200 X 275 mm com 200 folhas pautadas.	UNID	5.000

5	CANETA ESFEROGRÁFICA , cristal ponta fina, caixas com 50 unidades, na COR: PRETA , composição de resina termoplástica e corpo transparente, atóxica, ponta de latão 0,7 mm, e esfera de tungstênio com tampa na cor da tinta e deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 01 (um) ano. Caixa com 50 unidades.	CX	100
6	CANETA ESFEROGRÁFICA , cristal ponta fina, caixas com 50 unidades, na COR: VERMELHA , composição de resina termoplástica e corpo transparente, atóxica, ponta de latão 0,7 mm, e esfera de tungstênio com tampa na cor da tinta e deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 01 (um) ano. Caixa com 50 unidades.	CX	50
7	CANETA ESFEROGRÁFICA , cristal ponta fina, caixas com 50 unidades, na COR: AZUL , composição de resina termoplástica e corpo transparente, atóxica, ponta de latão 0,7 mm, e esfera de tungstênio com tampa na cor da tinta e deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 01 (um) ano. Caixa com 50 unidades.	CX	120
8	CARTOLINA , gramatura 180g, dimensões 500 X 660 mm, nas CORES: BRANCA, ROSA, AMARELA, AZUL e VERDE . Deverão estar embaladas, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UND	2.000
9	COLA COLORIDA , caixa com 4 Unidades, 23g cada unidade, cores variadas, deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas da ABNT e/ou do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	265
10	COLA PARA ISOPOR E EVA com bico aplicador que facilita a aplicação, solúvel em álcool e secagem no ar, tamanho 90g, deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	200
11	COLA PLÁSTICA bastão, cor branca, para papel, composição: resina sintética, glicerina e corante.com peso liquido de 20g, tampa hermética que evita o ressecamento; base giratória, não tóxico. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante. Prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	20
12	COLA PLÁSTICA , líquida, branca, lavável, atóxica, aplicação escolar, para papel, à base de resina vinílica, frasco com 90g, de boa qualidade, resistente, tubo com bico economizador, similar a POLAR , com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos. Pacote com 06 unidades. O produto deverá atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	PCT	200
13	E.V.A. Etil Vinil Acetado de 40 X 60 cm, 2,5 mm de espessura, pacote com 10 fls. nas CORES AZUL, VERDE BANDEIRA BRANCO, PRETO, LARANJA, LILÁS, ROSA, AMARELO, MARROM e VERMELHO. Deverá estar embalado com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO, com prazo de validade indeterminado.	PCT	250
14	ENVELOPE SACO OURO , 250 mm X 353 mm, caixa com 100 unidades , deverá estar em pacote com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	CX	20

15	ENVELOPE SACO OURO , 229 mm X 324 mm, A4, caixa com 100 unidades , deverá estar em pacote com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	CX	50
16	ENVELOPE SACO BRANCO , 229 mm X 324 mm, A4, caixa com 100 unidades , deverá estar em pacote com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	CX	100
17	ESTOJO COM 12 CANETINHAS hidrográficas com ponta grossa, color 850 júnior, cores vivas e variadas, tampa antiasfixiante, tinta atóxica, com composição básica: Resinas termoplásticas, tinta a base de água, corantes, aditivos e ponta de poliéster, de 4 mm, deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas da ABNT e/ou do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	230
18	FITA GOMADA de empacotamento, papel adesivo à base de resina e borracha, dimensões 38 mm X 50 m, deverá estar em caixa com 36 unidades, com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas da ABNT e/ou do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	50
19	LÁPIS revestido de madeira, formato cilíndrico, na cor preta, nº 02, comprimento 17,5cm, apontado e sem borracha, caixa com 144 unidades. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO e validade indeterminada.	CX	50
20	LÁPIS DE COR , caixa com 12 unidades cores variadas, tamanho grande, comprimento 17,5cm em madeira, antitóxico e deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	CX	230
21	LAPISEIRA com escrita de 0,7, pega emborrachada, com borracha, acabamento metalizado e sistema inteligente: avanço automático da mina grafite, GRIP MATIC, caixa com 10 unidades	CX	05
22	LAPISEIRA com escrita de 0,5, pega emborrachada, com borracha, acabamento metalizado e sistema inteligente: avanço automático da mina grafite, GRIP MATIC, caixa com 10 unidades	CX	05
23	GRAFITE para lapiseira com escrita 0,05, extra macio, pacote com duas embalagens em acrílico contendo 24 grafites em cada.	PCT	10
24	GRAFITE para lapiseira com escrita 0,07, extra macio, pacote com duas embalagens em acrílico contendo 24 grafites em cada.	PCT	10
25	PAPEL A4 , formato 210 mm X 297 mm, material papel sulfite, gramat. 40 resmas com 500 folhas, embalado em papel de propriedade térmica e antiumidade. 10 Caixas com 10 resmas . Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade indeterminado.	CX	200
26	PAPEL escolar 60Kg, formato 210 mm X 297 mm pacote com 50 folhas. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade indeterminado.	PCT	20
27	PAPEL CELOFANE, ROLO com 50 folhas, tam 85 X 100 (verde, vermelho, amarelo, azul e transparente)	ROLO	10

28	PASTA SANFONADA CRISTAL A4 , fechamento em elástico e 31 Divisórias. Material atóxico e durável. Acompanha 31 etiquetas para identificação das divisórias. Cor: transparente ou fumê. Atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UNID	30
29	CAIXA DE PLÁSTICO do tipo polionda para arquivo morto, pacote com 12 unidades em material plástico super-resistente, medidas aproximadas de 350x130x250 mm, cores BRANCA, AZUL E VERDE com encaixes para montagem, deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	PCT	50
30	PAPEL CREPOM folha de 0,48cm X 2m, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, PRETO, BRANCO e PINK. Deverá estar em com a identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO, com prazo de validade indeterminado.	UNID	300
31	PASTA PLÁSTICA com ferragem de plástico , cristal e tamanho ofício. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UNID	130
32	PINCEL ATÔMICO permanente, caixas com 12 unidades, na COR: AZUL composição básica: resina termoplástica, tinta à base de álcool, corantes, resinas solventes, aditivos e ponta de feltro, marcador permanente, recarregável, tampa indicativa da cor, espessura da escrita de 2,0mm, 4,5mm, 8,0mm. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	30
33	PINCEL ATÔMICO permanente, caixas com 12 unidades, na COR: PRETA , composição básica: resina termoplástica, tinta à base de álcool, corantes, resinas solventes, aditivos e ponta de feltro, marcador permanente, recarregável, tampa indicativa da cor, espessura da escrita de 2,0mm, 4,5mm, 8,0mm. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	20
34	PINCEL ATÔMICO permanente, caixas com 12 unidades, na COR: VERMELHA , composição básica: resina termoplástica, tinta à base de álcool, corantes, resinas solventes, aditivos e ponta de feltro, marcador permanente, recarregável, tampa indicativa da cor, espessura da escrita de 2,0mm, 4,5mm, 8,0mm. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) anos.	CX	20
35	PINCEL MARCADOR PERMANENTE p/ CD e DVD , nas CORES: AZUL (03 (três) caixas com 12 unidades); PRETA (02 (duas) caixa com 12 unidades), 12 cm. Deverá estar com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO e validade indeterminada.	CX	05
36	PINCEL MARCADOR - Marcador pincel para quadro branco, ponta macia de acrílico 4.0mm para não danificar o quadro, apaga facilmente, não tóxico, espessura de escrita 2.0mm, tinta especial, não recarregável na COR: AZUL Caixas com 12 unidades. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) ano.	CX	50

37	PINCEL MARCADOR - Marcador pincel para quadro branco, ponta macia de acrílico 4.0mm para não danificar o quadro, apaga facilmente, não tóxico, espessura de escrita 2.0mm, tinta especial, não recarregável na COR: PRETA . Caixas com 12 unidades. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) ano.	CX	50
38	PINCEL MARCADOR - Marcador pincel para quadro branco, ponta macia de acrílico 4.0mm para não danificar o quadro, apaga facilmente, não tóxico, espessura de escrita 2.0mm, tinta especial, não recarregável na COR: VERMELHA . Caixas com 12 unidades. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 02 (dois) ano.	CX	50
39	PINCEL PARA PINTURA cabo longo, pêlo de pônei, chato. Largura do pêlo: 4.5mm, Espessura do pêlo: 2.0mm, Altura do maior ponto do pêlo: 7.5mm, Comprimento total do pincel: 235 mm.	UNID	800
40	PRANCHETA ACRÍLICA CRISTAL , poliestireno, em corpo transparente Dimensões: 3 x 24 x 34 cm, formato: A4, peso: 286g aproximadamente, pegador: Garra de metal ou garra plástica. Deverá estar em com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade indeterminado.	UNID	1.200
41	RÉGUA PLÁSTICA , transparente, com escala de precisão, 30cm de comprimento e 2,5 de largura. Deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade indeterminado.	UNID	1.200
42	TESOURA ESCOLAR sem ponta, aço 5'', de aço inoxidável, com cabo de polipropileno preto, ponta arredondada e certificação do INMETRO procedência nacional.	UNID	1.200
43	TEMPERAS GUACHE : conjunto de têmpera guache caixa com 06 potes de 15ml, tinta atóxica, solúvel em água, cores sortidas e variadas.	CX	60
44	TNT - Tecido Não Tecido – (peça/rolo com 50 metros cada), nas cores BRANCO, AZUL, PRETO e VERDE ESCURO - Tamanho: 1,40m X 50m. Peso: 40g/m ² Composição: 100% polipropileno. Atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	ROLO S	10
45	PASTA A-Z ofício, revestida interna e externamente com (plástico) Polipropileno; ferragens de alta precisão e revestimento de fácil limpeza, altamente resistente e durável; com etiqueta na lombada. Dimensões aproximadas do produto: 26 x36 x 8cm.	UNID	120

LOTE 05 Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	CALCULADORA simples pequena com visor de 8 dígitos, quatro operações básicas, raiz quadrada, porcentagem, memória, desligamento automático, uso de pilha AA-1,5v e célula solar. Deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UNID	35

2	CD - R virgem com capa de papel, 80 Minutos de gravação, capacidade 700 Mb. Deverá ter identificação do produto e marca do fabricante.	UNID	150
3	DVD - R virgem com capa de papel, com velocidade de gravação até 8x, capacidade 4,7Gb de dados / 120 minutos de vídeo. Deverá ter identificação do produto e marca do fabricante.	UNID	250
4	Pen Drive 32GB dimensões aproximadas de (L x A x P): 2 x 0,05 x 4 cm. Deverá estar com identificação do produto e marca do fabricante, e validade indeterminada.	UNID	100
5	Pilha palito AAA pacote c/ 4 unid, gravado na embalagem ou no corpo do produto dados do fabricante, texto em português, tipo de pilha, composição, origem, validade e símbolo orientando destinação após o uso. Procedência nacional. Deverá estar embalado com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	PCT	100
6	Pilha AA pacote c/ 4 unid, gravado na embalagem ou no corpo do produto dados do fabricante/importador/distribuidor, texto em português, tipo de pilha, composição, origem, validade e símbolo orientando destinação após o uso. Procedência nacional. Deverá estar embalado com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	PCT	100

LOTE 06 Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	BALÕES Lisos nº 7 , nas CORES: BRANCA (50 pacotes c/ 50 unidades cada); PRETA (50 pacotes c/ 50 unidades cada); VERDE CLARO (50 pacotes c/ 50 unidades cada); VERDE ESCURO (70 pacotes c/ 50 unidades cada); AMARELO (10 pacotes c/ 50 unidades cada); AZUL (23 pacotes c/ 50 unidades cada); VERMELHO (23 pacotes c/ 50 unidades cada), produto nacional e, deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 2 (dois) anos.	PCT	100
2	BALÕES COLORIDOS nº 7 , pacote com 50 unidades de cores variadas , produto nacional e de cores vivas, deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO com prazo de validade igual ou superior a 2 (dois) anos.	PCT	100
3	BARBANTE 100% algodão 4/8 Cru , sem tingimento e sem resíduos. 8 fios, 300 metros. Deverá estar com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO.	UNID	10
4	PAPEL TOALHA em folha simples de primeira qualidade, interfolhada de 2 dobras, com 100% de fibras celulósicas virgens, sem fragrância, com alta absorção, papel não reciclado – fardo com 1.000 unidades, em quatro pacotes fechados com 250 folhas cada – Méd: 23x21 – Branco Luxo. O produto deve estar de acordo com as especificações do INMETRO em relação a largura e comprimento.	FARD O	50

5	COPOS DESCARTÁVEIS de plástico, material poliestireno, atóxico, acondicionada em caixa, contendo 50 pacotes com 100 unidades de copos de 50 ml . O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Acondicionado em pacote plástico de polietileno, atóxico, contendo 100 unidades conforme praxe do fabricante, de forma a garantir higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deve ainda conter externamente os dados de identificação, Procedência e quantidade em conformidade com a NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT.	CX	50
6	COPO DESCARTÁVEL para água em poliestireno branco ou translúcido, capacidade de 180 ml, pesando 2,2g cada copo, medindo aproximadamente 7cm de diâmetro da boca, 4,5cm de diâmetro do fundo e 8cm de altura. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Acondicionado em pacote plástico de polietileno, atóxico, contendo 100 unidades conforme praxe do fabricante, de forma a garantir higiene e integridade do produto até seu uso. A Embalagem deverá conter 25 pacotes, e externamente os dados de identificação. Procedência e quantidade em conformidade com a NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT.	CX	20

LOTE 07 – Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

N ^o	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA , composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias, tipo comum, frasco de 5 litros , acondicionadas em embalagens de plástico, com registro no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição e informações do fabricante.	UNID	40
2	ÁLCOOL , tipo etílico hidratado – líquido concentração: 92,8° INPM. Aplicação: uso doméstico. Acondicionado em embalagem contendo 500 ml , com tampa lacrada, com registro no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade mínima de 12 meses, composição e informações do fabricante, indicados na embalagem.	UNID	50
3	AVENTAL LONGO DE VINIL – Avental frontal, para uso em cozinhas industriais, confeccionado em vinil, impermeável, longo, com cordões para ajuste na cintura e no pescoço. Cor: branca. Med. Aprox. Comprimento: 1,20 x largura 0,70cm	UNID	50
4	CERA LÍQUIDA , incolor - Cera líquida incolor, polimentável para pisos de alto trânsito, bem como superfícies que requerem brilho e proteção. Acondicionado em frasco de plástico resistente, contendo 750 ml . Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes pigmento, perfume, conservante e água. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60(sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. Ind. Brasileira.	UNID	72
5	DESINFETANTE , emb. plástica com 5 litros , para uso doméstico, fragrância pinho, eucalipto e lavanda; pronto para uso com ação germicida/bactericida. Pode ser aplicado no vaso sanitário, ralo, pia, tanque, azulejos, pisos e outras superfícies. Ingrediente ativo: o-benzil-pclorofenol a 0,9%. Composição: ingrediente ativo, conservante, emulsificante, sequestrantes corretor de pH, solvente, perfume, corante e água. Embalagem plástica resistente, com tampa “tipo rosca”. Indústria Brasileira. Validade mínima de 12 meses, a	UNID	80

	contar a partir da data de entrega a unidade requisitante. Produto notificado no Ministério da Saúde.		
6	DETERGENTE LÍQUIDO Neutro. Composição: Alquil benzeno sulfonado sódio linear, alquil benzeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água, Contém tensoativo biodegradável. Acondicionado em frasco, contendo 500 ml acondicionados em caixa com 24 unidades. Produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo indicando claramente o peso líquido do produto, o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, número do registro no órgão competente e demais dado conforme legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir data de entrega.	CX	10
7	DESODORIZADOR , aromatizador, neutralizador de odores para ambiente em forma de aerosol, não contendo CFC (clorofluorcarbono). Embalagem contendo nome do fabricante e prazo de validade, frasco com 400ml . Fragrâncias diversas, com registro do ministério da saúde, químico responsável. Validade de no mínimo 12 meses, informação do fabricante na embalagem.	UNID	36
8	ESPONJA DUPLA FACE , tamanho 75 x 110, feita de manta não tecido de fibra sintética, unidas com resina a prova d'água, impregnada com material abrasivo e aderida a espuma de poliuretano, para limpeza de cozinhas e em geral. Caixa com 100 unidades, embaladas em pacotes plásticos com 10 unidades, acondicionados conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do fabricante, e quantidade.	CX	01
9	FLANELA de algodão ouro tamanho 28 cm por 38 cm para limpeza com costuras laterais, 100% algodão, alta absorção de umidades produto, isento de rasgos e outros defeitos que possam prejudicar sua utilização.	UNID	50
10	GUARDANAPO DE PAPEL branco, medindo aproximadamente 23 x 20 cm, com boa capacidade de absorção, sem furos, materiais estranhos ou sujidades, embalado em pacotes plásticos com 50 unidades, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	UNID	200
11	LIMPADOR MULTIUSO para limpeza geral; contendo tensoativos e sais quaternário de amônia que conferem ótimas propriedades desinfetantes, utilizar na concentração de 30 a 40ml do produto por litro de água, de 3% a 4%. Aspectos: líquido límpido, odor: floral, cor: diversas, PH do produto: 8,8 a 9,8. Composição base: quaternário de amônia, tenso ativo não-iônico, sequestrante, fosfatos, corante, essência, apresentação: embalagem com 500ml .	UNID	80
12	LUVA DE BORRACHA para segurança, tamanho médio. Confeccionada em borracha para multiuso, cano curto; tipo todos os dedos; reutilizável, descartável e ambidestra, com espessura de 1,27mm.	PAR	60
13	LUVAS LÁTEX descartável natural com amido tamanho M caixa com 100 unidades, cor branca, deverá estar em caixa com identificação do produto e marca do fabricante, assim como, atender as normas, se pertinente, da ABNT e do INMETRO e validade indeterminada.	CX	20
14	PANO DE CHÃO , produto isento de rasgos e outros defeitos que possam prejudicar sua utilização, 100% algodão lavado, alvejado extra e isento de detritos, tamanhos 50cm X 70cm, peso de 175g por unidade.	UNID	110

15	ROLO DE PANO DESCARTÁVEL de 1ª qualidade, embalagem com 25 unidades, picotadas. Composição: 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan) 60cmx33cm.	ROLO	50
16	PAPEL HIGIÊNICO , 100% fibras naturais, picotado, almofadado, consistente, folha dupla na cor branca (100% branca), com relevo, neutro, de primeira qualidade. Fardo com 64 rolos medindo 30mx10cm. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto.	FARDO	100
17	SABÃO EM PÓ , biodegradável, de boa qualidade, com detergente para lavar roupas, composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, carga, água, alquil benzeno sulfonato de sódio, acondicionado em caixa ou embalagem plásticas de 1 kg ; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela ANVISA. Na embalagem e rotulagem deverão obedecer às legislações específicas, ao código sanitário e às determinações do ministério da saúde vigentes. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega do produto na unidade requisitante. Produto similar ao OMO.	KG	36
18	ROLO DE SACO PARA LIXO , Capacidade: 100 litros / 6 kg.- Resistente e não possui cheiro. Dimensões: 92 cm x 90 cm. Contém: 15 unidades . Resíduo normal. Embalagem saco plástico, acondicionada em saco, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	ROLO	600
19	ROLO DE SACO PARA LIXO , Capacidade: 15 litros / 6 kg.- Resistente e não possui cheiro. Dimensões: 25 cm x 50 cm. Contém: 100 unidades . Resíduo normal. Embalagem saco plástico, acondicionada em saco, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	ROLO	500
20	ROLO DE SACO PARA LIXO , Capacidade: 30 litros / 6 kg. Resistente e não possui cheiro.. Dimensões: 59 cm x 62 cm. Contém: 50 unidades . Resíduo normal. Embalagem saco plástico, acondicionada em saco, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	ROLO	200
21	SABONETE LÍQUIDO neutro antisséptico, em embalagem de 5000ml . Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade do produto e do número do lote. Sabonete concentrado com base perolada.	UNID	30
22	RODO com cabo resistente, com base de 40 cm, com 2 borrachas. Conjunto composto de base e cabo de enroscar feito de madeira. Deve conter os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade de produto.	UNID	10
23	TOUCA DE REDE COM ELÁSTICO - touca confeccionada em nylon. Lavável. Para uso em cozinhas industriais, restaurantes, frigoríficos, confeitarias, etc. tamanho: 45x52 cm	UNID	50
24	VASSOURA DE NYLON com base pintada, dimensões: comprimento x largura x altura (59cm x 4,5cm x 3,5cm) cerdas de nylon na cor preta, cabo de madeira medindo 1,30mt.	UNID	20
25	VASSOURA DE PELO sintético de nylon, cabo de madeira, medida da base entre 24 a 27 cm, com base de madeira pintada, contendo rosca para cabo.	UNID	20

LOTE 08 – Exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TOTAL
1	AÇÚCAR CRISTAL pacote de 1Kg, produto de origem vegetal:sacarose de cana de açúcar. Não contém glúten e deverá estar em embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Prazo de validade mínima de 12 meses.	KG	600
2	CAFÉ - Pacote de café a vácuo, torrado, moído e puro, peso líquido 250g. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Validade na data de entrega de, no mínimo, 8 meses.	PCT	800

3.2. No caso dos produtos que apresentem prazo de validade, quando da entrega, estes não poderão apresentar prazo inferior a 80% do prazo de validade, devendo ainda estar em perfeito estado de conservação.

4. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Fornecimento de Material Didático;

4.1.1. Os materiais serão fornecidos de acordo com as necessidades do Programa;

4.1.2. Os materiais a serem fornecidos, deverão ser novos, de primeira qualidade, não deverão estar com o prazo de validade vencido, devendo ainda atender rigorosamente às especificações estabelecidas no presente Termo.

5. DO LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os materiais deverão ser entregues Av Julio Jorge Vieira, 594 – Cidade dos Funcionários – Fortaleza/Ceará ou na Av da Universidade, 2596 de acordo com a AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS.

5.2. Os Produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados do recebimento da Autorização de Compras, devendo estar acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

5.3. Quando for o caso, os volumes contendo os **Produtos** deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

5.4. **Não serão aceitos, sob hipótese alguma, materiais com marcas diferentes das marcas apresentadas pelo fornecedor na proposta.** No caso de o fornecedor no ato da entrega, por ventura oferecer uma marca diferente, estes produtos serão imediatamente devolvidos e o mesmo terá até 72 horas para providenciar a entrega correta do produto.

5.5. Qualquer prorrogação de prazo que terá que ser solicitada formalmente, via ofício e estará sujeita a aprovação da Coordenação demandante.

6. DA AMOSTRA.

6.1. Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a critério do demandante, que apresente amostra(s) dos produtos a serem fornecidos para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e conseqüente aceitação do produto a ser fornecido.

6.2. O prazo para apresentação das amostras será de 2(dois) dias úteis a partir da solicitação, endereçado a Comissão Permanente de Licitação, sito à Av. da Universidade, 2596, Benfica, Fortaleza/CE.

6.3. As amostras apresentadas poderão ser abertas, manuseadas e desmontadas pelo IDT. Elas serão devolvidas ao licitante no estado em que se encontrarem após avaliação técnica. A não retirada da amostra, será presumida como renúncia da licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pelo IDT, sem gerar ao licitante direito a indenização.

6.3.1. O prazo de retirada da amostra pelo licitante é de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação do pregão no sistema do Banco do Brasil, no endereço referido no item 1.4 do Edital.

6.4. Se a amostra apresentada for inferior em qualidade ao produto solicitado, a proposta da empresa será desclassificada.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. A apresentação dos materiais deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

7.1.1. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes deste termo, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

7.1.2. As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

7.1.3. Ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca das especificações do material ofertado pela empresa, o IDT reservará ao direito de solicitar o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta ofertada;

7.1.4. O envio da amostra de material previsto no item anterior deverá correr às expensas da empresa licitante.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) até 10(dez) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das **Provas de Regularidades com as Fazendas Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

8.1.1. Os pagamentos serão realizados, mediante depósito em conta bancária.

8.2.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.2.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do **Anexo I** do Termo de Referência desse Edital.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

9. GARANTIAS

9.1. O prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para o IDT, não poderá ser inferior ao que determina o art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (30 dias para os produtos e serviços não duráveis e 90 dias para os duráveis), contados do efetivo recebimento dos produtos ou do término da execução dos serviços.

9.2. Os produtos devem ser transportados em veículos adequados, obedecendo a legislação vigente.

9.3. O produto oferecido pela CONTRATADA estará sujeito à aceitação plena do órgão recebedor.

9.4. O titular da origem desta licitação designará uma pessoa responsável para o recebimento em cada local de entrega, cujo propósito será a conferência do produto entregue com as especificações contidas no edital e na proposta de preços da CONTRATADA. Caso o produto entregue esteja de acordo com aqueles instrumentos, o responsável assinará a Nota Fiscal; se estiver em desacordo, rejeitará o recebimento do mesmo e relatará a ausência e/ou motivos da rejeição do produto.

9.5. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, imediatamente, sem ônus para o CONTRATANTE, o produto que vier a ser recusado.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

10.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

10.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

10.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

10.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

10.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

10.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 11.1.2.

10.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

10.3. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

10.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão CONTRATANTE, contado da sua notificação.

11.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Autorização de Compras.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O Gestor do Contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DA VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1 Os contratos terão prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir de sua assinatura e publicação, sendo considerado concluído com a entrega definitiva da última parcela do seu objeto e devido pagamento.

Vandebegue Uchôa Morais

Coordenador de Empreendedorismo

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL – LIVRE CONCORRÊNCIA

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Pregão Eletrônico: ___/20__

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual
- Endereço completo
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, domicílio)
- Telefone, celular, fax, e-mail
- Banco, Agência e nº da Conta Corrente

2. Condições Gerais da Proposta:

- a) A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço:

Nossa proposta de preço para o objeto da licitação em epígrafe é de **R\$** _____ (_____), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir.

Lote N° _____

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL						

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL – COTA RESERVADA

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao: **Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT**

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Pregão Eletrônico: ____/20__

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual
- Endereço completo
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, domicílio)
- Telefone, celular, fax, e-mail
- Banco, Agência e nº da Conta Corrente

2. Condições Gerais da Proposta:

a) A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

b) Formação do Preço:

Nossa proposta de preço para o objeto da licitação em epígrafe é de **R\$** _____ (_____), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir.

Lote N° _____

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL						

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO ESPECIAL

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT
Av. da Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/CE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/20__

A empresa, inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da
Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA,
para fins desta licitação:

- a) que recebeu e estudou todos os documentos inerentes à presente competição e tomado conhecimento integral do teor do edital de licitação supracitado, sujeitando-se às disposições nele contidas;
- b) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- c) que não está suspensa do direito de licitar e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente quanto à habilitação ao certame supra;
- d) que na composição societária não existe participação de dirigentes ou empregados da entidade promotora da licitação.

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido edital.

Data e local

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO V

DADOS DA EMPRESA E REPRESENTANTE LEGAL

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT

Av. da Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/CE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/20____

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel. Fixo 1: _____ Tel. Fixo 2: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident n°: _____ Expedido por: _____

Tel. Celular: _____ Tel. Celular 2: _____

Endereço eletrônico: _____

(Anexar comprovante de endereço)

Local e data.

Identificação e assinatura.

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/20____

Aos __ dias do mês de _____ do ano de 2.0____, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, inscrito no CNPJ 02.533.538/0001-97 - Inscrição Estadual Isenta, com sede na Av. da Universidade n° 2596, Benfica, Fortaleza-CE por sua Diretoria em face do Pregão Eletrônico n° ____/2.0____, resolvem Registrar o(s) Preço(s) da empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, Inscrição Estadual n° _____, com sede na _____, CEP: _____, neste ato representada por seu representante legal _____, _____, _____, portador do RG n° _____ expedido por ____/___ e no CPF/MF n° _____, observadas as condições constantes do Edital, da proposta da empresa e as indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- No Pregão Eletrônico n° ____/2.0_____.
- Na Lei Federal n.º 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais contratação de empresa para aquisição de material didático e entrega, visando atender as necessidades do IDT, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° ____/2.0__ que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo n° ____/2.0_____.

2.1.1. Este instrumento não obriga o IDT a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas obedecidas à legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em decorrência desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os prestadores e serviços, com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em executar o serviço no prazo estabelecido pelas Coordenações participantes.

4.1.1. O prestador do serviço terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

4.1.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) Atender aos pedidos efetuados pela (s) Coordenação(ões) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) Executar os serviços ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados na(s) proposta(s) da(s) signatária(s) desta Ata, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras execuções de serviços, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) fixo(s) e irrevogável(is) durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo entretanto, admitido o reequilíbrio econômico/financeiro, na hipótese de alterações do preço registrado em relação aos valores praticados no mercado, seja em decorrência da elevação ou redução, conforme previsto no item 17.13 e subitem, do Edital.

7.2. Para estas revisões de preços, fica resguardado o limite definido pelo índice IPCA/IBGE (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

8.1.1. Deixar de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.3. Quando, justificadamente, não for mais do interesse do IDT.

8.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 8.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO

9.1. Os serviços que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessado e o prestador de serviço.

9.1.1. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelo órgão participante, ou se recuse a executar o serviço, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

9.1.2 - Neste caso, serão convocados sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) será(o) efetuado(s) até 10(dez) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das **Provas de Regularidades com as Fazendas Estadual e Municipal** e das

Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.1.1. Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta bancária.

10.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

10.1.3. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I do Termo de Referência desse Edital.

10.2. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

11.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

11.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

11.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

11.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 11.1.2.

11.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

11.3. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

11.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro do município da capital do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

12.2. Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	Assinatura
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho	Antônio Gilvan Mendes de Oliveira	Presidente	

Empresa detentora do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	Assinatura

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__

MAPA DE PREÇOS DOS BENS (CADASTRO RESERVA)

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT e os fornecedores _____, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____, conforme item 17.8 do Edital.

ITEM /LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM /LOTE	FORNECEDORES POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº _____ / 201__

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT, E, DO OUTRO, A EMPRESA....., PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.533.538/0001-97, sito na Avenida da Universidade, 2596 - Benfica, CEP 60.020-180, Fortaleza / CE, neste ato representado por seu Presidente, Antônio Gilvan Mendes de Oliveira, portador do CPF nº, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa, inscrita no CNPJ sob. nº, Inscrição Estadual, com sede na, neste ato representada por seu representante legal, (cargo na empresa), portador da cédula de identidade RG nº expedida pelo(a) e inscrito no CPF/MF sob nº, doravante denominado CONTRATADA, firmam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____, e seus anexos, Ata de Registro nº ____/20____, realizado de acordo com as normas da Lei N.º. 10.520, de 17/07/2002, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, dos preceitos de direito aplicáveis, e, ainda supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____ e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto _____, visando suprir as necessidades operacionais e administrativas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global importa na quantia de R\$ _____ (_____), referente ao(s) lote(s) ____, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários para a contratação do objeto para atender ao _____, conforme previsto no Contrato de Gestão Nº ____/20____

Item	Descrição

CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS

6.1. O(s) pagamento(s) será(o) efetuado(s) até 10(dez) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das **Provas de Regularidades com as Fazendas Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

6.1.1. Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta bancária.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.1.3. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I do Termo de Referência desse Edital.

6.2. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste contrato é de ____ (____) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2. O prazo de execução do objeto deste contrato deverá obedecer, as especificações e as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº ____/20____ e seus anexos.

7.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Nº 8.666/93, mediante recibo, os fornecimentos objeto deste contrato serão considerados recebidos depois que os prepostos dos beneficiários do contrato atestarem a conformidade do fornecimento com as faturas emitidas pela CONTRATADA.

9.2. Todo produto entregue em desacordo com as especificações será obrigatoriamente substituído em prazo satisfatório para devida realização do fornecimento do objeto do presente contrato, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Nº 8.666/93, mediante recibo, os fornecimentos objeto deste contrato serão considerados recebidos depois que os prepostos dos beneficiários do contrato atestarem a conformidade do fornecimento com as faturas emitidas pela CONTRATADA.

9.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.4. O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações do Termo de Referência será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o

caso, obrigando-se o vencedor a substituí-los no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

10.2. Da entrega:

10.2.1. Os materiais deverão ser entregues Av. Julio Jorge Vieira, 594 – Cidade dos Funcionários – Fortaleza/Ceará ou na Av. da Universidade, 2596 de acordo com a AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS.

10.2.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de **20 (dez) dias** consecutivos, contados do recebimento da Autorização de Compras, devendo estar acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

10.2.3. Quando for o caso, os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

10.2.4. **Não serão aceitos, sob hipótese alguma, materiais com marcas diferentes das marcas apresentadas pelo fornecedor na proposta.** No caso de o fornecedor no ato da entrega, oferecer uma marca diferente, estes produtos serão imediatamente devolvidos e o mesmo terá até **72** horas para providenciar a entrega correta do produto.

10.2.5. Qualquer prorrogação de prazo terá que ser solicitada formalmente, via ofício e estará sujeita a aprovação da Coordenação demandante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo órgão CONTRATANTE, contado da sua notificação.

11.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATANTE deverá assumir as seguintes obrigações:

12.1.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de compras.

12.1.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

12.1.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.1.4. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratual.

12.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

12.1.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e supervisionada pelo (a) Sr(a). _____, _____, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR, a quem competirá, entre outras atribuições:

13.1.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do IDT, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

13.1.2. Verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas no Termo de Referência do Edital.

13.1.3. Encaminhar à autoridade competente, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do contrato, bem como as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.1.4. A ação do gestor do contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

13.1.5. Ordenar à CONTRATADA troca ou substituição dos serviços e/ou produtos, no caso de defeito do objeto, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

13.1.6. Atestar o recebimento do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

14.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

14.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

14.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

14.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 14.1.2.

14.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

14.3. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

14.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. O CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;
- (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física CONTRATADA em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivos para rescindir o presente contrato, situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sem que assista à CONTRATADA o direito de reclamar quaisquer indenizações relativas a despesas decorrentes de encargos provenientes da execução deste contrato.

16.2. O IDT, na condição de CONTRATANTE, se reserva o direito de considerar rescindido o presente contrato, em virtude do descumprimento de qualquer obrigação nele estabelecida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização.

16.3. O CONTRATANTE poderá, também, unilateralmente, considerar rescindido o contrato, quando não houver mais interesse de continuar com o serviço por conveniência da administração, manifestando-se por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

17.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

17.2. O CONTRATADO, no curso da vigência contratual, se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

19.1. A CONTRATADA declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Fortaleza-CE.

E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes assinam o presente instrumento, depois de lido e achado conforme perante as testemunhas que também assinam, em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito jurídico.

Fortaleza, _____ de _____ 201__.

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira
Presidente do IDT

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:

Nome _____

CPF: _____

RG: _____

Nome _____

CPF: _____

RG: _____